



## ARTIGOS / ARTICLES

---

### **GAUDIUM ET SPES: A APRENDIZAGEM DA IGREJA CATÓLICA NO DIÁLOGO COM O MUNDO**

*Gaudium et Spes: The Learning of the Catholic Church in Dialogue with the World*

Gilles Routhier \*

**RESUMO:** Defrontar-se com o projeto generoso e ambicioso do diálogo da Igreja com o mundo atual e com toda a humanidade é conhecer o *sine qua non* da *Gaudium et Spes*. O ensinamento inovador da constituição é revisitado e examinado neste artigo, na tessitura de três categorias: o ponto de partida do diálogo, a forma e o método do discurso e o seu estilo. Elas trazem à baila o desafio de encontrar o tom acertado, a atitude adequada, o método apropriado para a tarefa da Igreja católica de dirigir-se ao mundo, haurindo dos gestos dos Padres conciliares os caminhos que eles abriram, que permanecem exemplares.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Gaudium et Spes*, Igreja, Aprendizagem, Diálogo, Mundo, Humanidade.

**ABSTRACT:** The project of a generous and ambitious dialogue between the Church, the present time, and the humanity as a whole requires the *sine qua non* knowledge of the pillar provided by the *Gaudium et Spes*. This paper examines and revisits the innovative teaching of the Constitution, through the fabric of three categories: the starting point of the dialogue, the form and method of the discourse, and its style. All three categories bring out the challenge of finding the accurate tone, proper attitude, and appropriate method required by the Catholic Church its task of addressing the world, in the wake of the Council Fathers and the pathways they opened, which remain exemplary today.

**KEYWORDS:** *Gaudium et Spes*, Church, Learning, Dialogue, World, Humanity.

---

\* Professor da Faculté de Théologie et Sciences Religieuses, Université de Laval (Québec).  
Artigo submetido a avaliação em 13.03.2015 e aprovado para publicação em 26.05.2015.

Diferentemente das introduções aos Decretos e às Declarações promulgadas pelo Vaticano II<sup>1</sup>, os *incipit* das quatro Constituições do Concílio fazem menção de seus destinatários. Mencionam que o Concílio se propõe dirigir-se “a toda criatura”, “ao mundo inteiro”<sup>2</sup>. Contudo, a menção a esses destinatários universais continua oblíqua e um tanto vaga, e eles não são realmente considerados em seguida; parece apenas uma fórmula retórica. Neste aspecto, a *Gaudium et Spes* se distingue claramente dos outros textos conciliares. De fato, depois de uma abertura bem inclusiva, lembrando que os discípulos de Cristo participam “da alegria e da esperança, da tristeza e da angústia dos homens do tempo atual, sobretudo dos pobres e de todos os aflitos”, indicando que a comunidade dos cristãos se reconhece real e intimamente solidária com o gênero humano, o n. 2, intitulado “A quem se dirige o concílio” (*Ad quosnam Concilium sermonem dirigit*) diz claramente quem são os destinatários do documento:

Por isso, depois de ter aprofundado o mistério da Igreja, o Concílio Vaticano II dirige suas palavras já não somente aos filhos da Igreja e a todos quantos invocam o nome de Cristo, mas à humanidade inteira, pois deseja expor a todos como entende a presença e atividade da Igreja no mundo de hoje<sup>3</sup>.

A ruptura não poderia ser mais clara: *iam, non ad solos Ecclesiae filios [...] sed ad universos homines...* O advérbio *iam* (já, doravante) demarca essa cesura entre o que se fez até aqui e o que se fará a partir de agora. Esse contraste é sublinhado com mais força ainda por uma construção negativa seguida da conjunção *sed* (*non ad solos Ecclesiae filios [...] sed ad universos homines*). Poderíamos traduzir também: “doravante, o Concílio não se dirige somente aos filhos da Igreja, mas antes à humanidade inteira”.

Essa construção, que enuncia três grupos de destinatários<sup>4</sup>, movendo-se gradualmente do centro para periferia, distingue este documento dos ou-

<sup>1</sup> Inclusive, o que é de estranhar, o Decreto sobre o ecumenismo, que se dirige explicitamente apenas aos católicos (“o Concílio [...] deseja propor a todos os católicos”), a Declaração sobre a liberdade religiosa e a sobre as religiões não cristãs.

<sup>2</sup> Por exemplo, *Lumen Gentium* 1 se exprime assim: “[...] o sacrossanto Sínodo [...] anunciando o Evangelho a toda criatura [...]”. Em *Dei Verbum* lemos: “O sacrossanto Sínodo [...] deseja propor a doutrina [...] a fim de que, pela escuta do anúncio da salvação, o mundo inteiro creia [...]”. Menos direta é a menção no *Sacrosanctum Concilium*: “O sacrossanto Concílio, visto que se propõe [...] favorecer tudo quanto contribui para a união de todos os que creem em Cristo e corroborar tudo quanto leva a chamar todos ao seio da Igreja [...]”.

<sup>3</sup> Essa opção não estava segura desde o início. Ainda em 1965 continuava sendo discutida. Na *relatio generalis* apresentada em setembro de 1965 encontramos esta observação que remete à sessão da Comissão mista plenária dos primeiros meses de 1965: “De ‘destinatariis’ sat longa et difficilis desceptatio habita est in ipsa Subcommissione plenaria mixta” (*AS IV/I*, p. 521). N. T.: *AS Acta synodalia sacrosancti concilii oecumenici Vaticani II* [ para citação, o volume vem indicado com a numeração romana e a secção com a numeração arábica].

<sup>4</sup> Além dos filhos da Igreja são mencionados também “os que invocam o nome de Cristo” [*omnes que Christi nomen invocantes*]. Encontram-se os interlocutores dos diversos círculos mencionados por Paulo VI na sua encíclica *Ecclesiam suam*.

tros documentos conciliares (constituições, decretos, declarações) e marca desde o início a sua originalidade. Frequentemente sublinhou-se que a *Gaudium et Spes* se distinguia dos outros documentos conciliares por seu estilo e método. Ressaltou-se também que seu ensinamento acerca das relações entre a Igreja e o mundo é inovador<sup>5</sup>. Convém reconhecer que essa diferença de estilo e método está ligada estreitamente ao intuito de se dirigir a outros destinatários, além dos filhos da Igreja e daqueles que invocam Cristo; e que a novidade de seu ensinamento acerca da relação Igreja-mundo consagra um novo modo de entrar em relação com o mundo, inaugurado já na própria escrita da Constituição. Em suma, conteúdo e forma são homogêneos; uma nova concepção das relações Igreja-mundo introduz um novo modo de lhes dirigir a palavra. A preocupação com os destinatários modifica a forma do discurso, o modo de elaboração e, mesmo, o conteúdo do documento.

Dito isso, não é pouca coisa afirmar o desejo de se dirigir a toda a humanidade. É um projeto generoso e ambicioso. O desafio é, então, saber como se conseguirá realizar tal programa. Como observa M. McGrath, “essa decisão era somente um começo”. O longo processo de escrita da Constituição (da primavera de 1963 até 7 de dezembro de 1965) representa um tempo de aprendizagem longa e laboriosa. Decerto, a encíclica *Pacem in terris*, que de modo semelhante modificava o destinatário das cartas pontifícias, havia aberto o caminho, mas tudo restava ainda a fazer, e os padres conciliares tinham de encontrar seu próprio caminho. Esta aprendizagem é o objeto que queremos abordar na presente contribuição; e à guisa de conclusão queremos refletir, à luz desse esforço, sobre o desafio sempre atual para a Igreja de entrar em diálogo com o mundo. De fato, aos olhos de um dos Padres mais implicados na redação do esquema, a Constituição *Gaudium et Spes* “representa uma tentativa para pôr a Igreja em diálogo com o mundo” (McGRATH, M.G. *Notes historiques*, p. 187).

Pretendo examinar aqui essa tentativa, com o intuito de mostrar o que se aprendeu no decorrer do Concílio e de apreciar o valor atual dessa aprendizagem. Com efeito, a questão do diálogo da Igreja com o mundo continua sendo atual, e, se essa tentativa realizada no momento do Vaticano II pode fornecer algum ensinamento para hoje, é mister voltar a ela, tirar dela as lições e aprender que a história é *magistra vitae*.

---

<sup>5</sup> Não se deve pensar que essa ideia de se dirigir a todas as pessoas de boa vontade se impôs logo de início. M. McGrath observa que no decorrer da primeira discussão do esquema na aula conciliar “o problema do interlocutor volta diversas vezes à pauta. A quem o Concílio se dirige? Diretamente aos católicos, mas aos outros somente de maneira secundária? Ou a toda a humanidade? (Finalmente se decidiria que se dirigisse a toda a humanidade)”. (Notes historiques sur la Constitution. In: BARAÚNA, G. [Dir.]. *L'Église dans le monde de ce temps*. Paris: DDB, 1967, p. 196) [ed. original: *A Igreja no mundo de Hoje*. Petrópolis: Vozes].

Neste exame observarei em primeiro lugar o ponto de partido de tal diálogo, passando depois para a forma e o método do discurso e terminando com um olhar sobre o estilo adotado. Estas categorias são próximas daquelas que formulou M. McGrath nas suas anotações históricas a respeito da redação do esquema:

A Igreja deve falar somente da lei natural? Ou deve, ao contrário, partir de uma visão cristã unificada? Este documento dirige-se a todos os seres humanos ou diretamente aos cristãos, convidando os outros a prestar ouvido? [...] A metodologia, os destinatários, o conteúdo foram incessantemente recolocados em questão, nas sessões do Concílio e nas comissões, e isso, praticamente, até o dia em que esta Constituição foi publicada (*Ibid.* p. 188)<sup>6</sup>.

Visto que essa aprendizagem se realizou por tempo extenso, em meio a ensaios e erros, reconstruirei o *iter* da redação da Constituição, mostrando os impasses encontrados e as vias progressivamente desmoitadas.

## 1 Que ponto de partida?

Numa reflexão retrospectiva sobre os trabalhos no campo da teologia dos ministérios, Yves Congar observava: “A porta pela qual se entra numa questão decide as chances de uma solução feliz ou menos feliz. Os conceitos que se usam são amplamente determinantes para o que segue” (CONGAR, 1971, p. 17-18).

Essa questão do ponto de partida se tornaria crucial no momento da elaboração da constituição *Gaudium et Spes*, mas ela já se colocara desde o início dos trabalhos preparatórios. Lembra-se, por exemplo, que no momento de iniciar o trabalho nas comissões preparatórias, em junho de 1962, o cardeal Ottaviani, nas normas gerais que dirigia às diversas subcomissões, instruiu que estas deviam dedicar atenção especial às decisões recentes da Santa Sé e mostrar familiaridade com as atas do Concílio Vaticano I (cf. *Normae generales pro subcommissionibus*, 20 nov., 1960). Esse deveria ser o ponto de partida da elaboração dos esquemas. Curiosamente, ele omitia o refontamento na Escritura e na Tradição antiga e não recomendava dedicar, se preciso, novos estudos às fontes. Além disso, não constava de suas recomendações o recurso às referências culturais, filosóficas e sociológicas contemporâneas.

Mais ou menos ao mesmo tempo, o Pe. Congar desenvolveu uma abordagem totalmente diferente. Depois de ter lido os *schemata compendiosa* propostos pela *submissio praevia*, ele chegou a desejar que a redação

---

<sup>6</sup> Grifo nosso. Alhures, ele escreve “o **método básico**, os **destinatários** e o **estilo** começavam a emergir” (p. 192).

dos textos fosse conduzida a partir de uma visão atual do mundo no qual vivia a Igreja: um mundo em que um de cada quatro pessoas uma era chinês, um de cada três vivia sob a dominação comunista, um mundo em que os cristãos divididos desejavam a união e no qual reinavam o ateísmo prático e a tecnocracia, um mundo em que se rejeitava o colonialismo e o paternalismo e no qual as mulheres desejavam emancipação. Seu mundo de referência ultrapassava os discursos intraeclesiais e estendia-se às referências culturais do mundo contemporâneo. No mesmo espírito, ele lastimava que os *schemata* tinham sido escritos para o mundo do Vaticano I e comportavam apenas uma visão negativa do mundo contemporâneo, esquecendo-se de questões cruciais e desconhecendo o interesse pelas questões ecumênicas<sup>7</sup>. Na linha da escola de Le Saulchoir<sup>8</sup>, ele deu um estatuto à vida do mundo e, segundo sua perspectiva, o redator de um texto conciliar não pode deixar de tomar como ponto de partida de sua reflexão o mundo no qual o texto se inscreve.

Esta reflexão sobre o ponto de partida ocupará as discussões da comissão encarregada da redação da *Gaudium et Spes*. A falar a verdade, a questão não se colocou realmente no momento da elaboração dos dois primeiros esquemas<sup>9</sup>, o primeiro redigido por um grupo de peritos em fevereiro-março de 1963 (*De praesentia efficaci Ecclesiae in Mundo hodierno*), segundo as diretivas da comissão de coordenação, e o segundo, o esquema chamado de Lovaina (*Adumbratio schematis XVII. De activa praesentia Ecclesiae in mundo aedificando*) elaborado em setembro de 1963. Em ambos os casos dizia-se, explicitamente, que a Igreja desejava dirigir-se à família humana. O *prooemium* do primeiro esquema começava assim: *Postquam Sancta Synodus egit de mysterio Ecclesiae in se suisque membris spectatae, nunc universam familiam humanam considerans, caritate Christi urgetur ut iuxta ipsius sui Fundatoris divini mandatum, fidelibus omnibusque bonae voluntatis hominibus aliqua de munere suo ad bonum societatis hodiernae promovendum proferat*. Declarava-se, portanto, que o Concílio queria propor não somente a seus fiéis, mas a todas as pessoas de boa vontade, um ensinamento sobre sua tarefa de promover o bem na sociedade. O segundo esquema faz a mesma coisa, indicando no seu prefácio a vontade do Concílio de se dirigir a todos os cristãos e a todas as pessoas de boa vontade.

---

<sup>7</sup> Este texto de 17 páginas, datado em 24 set. 1960, enviado aos membros e consultores da Comissão teológica, começa com estas palavras: “De acordo com o convite...”

<sup>8</sup> Já em 1937, no seu texto programático *Une École de théologie: le Saulchoir*, M.-D. Chenu convidava o teólogo a estar presente a seu tempo: “Maus teólogos seriam os que, imersos nos seus *in-folio* e nas suas disputas escolásticas não estivessem abertos a estes espetáculos, não somente no fervor piedoso de seu coração, mas formalmente na sua ciência: um dado teológico de plena fecundidade, na presença do Espírito” (p. 142).

<sup>9</sup> Estes primeiros dois esquemas não foram impressos e entregues aos padres, mas poligrafados e distribuídos aos membros das respectivas comissões.

Contudo, nenhum dos dois vai além dessa declaração, elaborando uma estratégia para entrar em diálogo com esses destinatários, como o havia desejado explicitamente Paulo VI por ocasião de seu discurso inaugural da segunda sessão: “O Concílio se esforçará por lançar uma ponte para o mundo contemporâneo”. Lembrando então a Mensagem dos Padres Conciliares à Humanidade, Paulo VI continuou: “Como Pedro que, no dia de Pentecostes, se sentiu impelido a, de repente, levantar a voz para falar ao povo, vós quisestes antes de tudo ocupar-vos, não de vossas coisas, mas das coisas da família humana e iniciar um diálogo, não entre vós, mas com os homens”. Infelizmente, fora esse piedoso desejo, o Concílio marcava passo e não chegava a encontrar seu caminho.

Depois da declaração da intenção de dirigir-se a todos os seres humanos, os dois primeiros esquemas tomavam como ponto de partida o ensinamento da Igreja sobre a dignidade da pessoa humana ou sobre a pessoa humana na sociedade, sobre o trabalho, a cultura, a família e o matrimônio, a economia etc. Decerto, as questões abordadas podiam parecer novas em comparação com os decretos dos concílios anteriores, e isso dava um caráter original ao texto; mas o ponto de partida do discurso continuava fundamentalmente o mesmo que aquele que se encontrava no ensinamento do Magistério desde o século XIX. Era uma exposição que procedia a partir da doutrina e do ensinamento do magistério, exposição visando a comunicar aos homens de boa vontade o ensinamento da Igreja sobre essas questões. A comunicação atendia assim a um esquema linear: um remetente transmitindo uma mensagem a um destinatário. Como sublinha M. McGrath, o esquema de Lovaina “era de aspecto notavelmente dogmático” (*Notes historiques*, p. 191). Estava-se longe ainda da forma dialógica da comunicação.

Foi preciso esperar o fim do outubro de 1963, quando a comissão mista realizou uma reunião plenária para examinar os dois primeiros esquemas, para que emergisse a questão do ponto de partida, intimamente ligada à do método.

A maioria [dos Padres] julgava que o esquema tratava a matéria de um ponto de vista exclusivamente “teológico”, ou seja, procedendo dos dados da Revelação para as conclusões teológicas, sendo que alguns Padres desejavam que o documento, se quisesse encontrar audiência junto ao homem moderno, seguisse o exemplo das encíclicas *Mater e magistra* e *Pacem in terris*, adotando um estilo e argumentos acessíveis a todos e, conseqüentemente, em continuidade com a moral natural (TUCCI, 1967, p. 56).

Vai na mesma direção a opinião de outro observador próximo dos trabalhos, sublinhando, mais acentuadamente ainda, que o debate devia suscitar a questão do ponto de partida.

Seguiu-se uma discussão animada entre duas escolas: os que sustentavam que uma abordagem conciliar das questões sociais devia ser teológica no sentido

próprio, isto é, partindo dos dados da Revelação para chegar a conclusões doutrinárias; e os que avançavam apaixonadamente o argumento da repercussão profunda alcançada no mundo pelas duas grandes encíclicas do papa João XXIII [...], para dizer que todo documento dirigindo-se ao mundo moderno devia começar por considerar os problemas do mundo e falar às pessoas numa linguagem e com argumentos que pudessem compreender e aceitar (*Notes historiques*, p. 191).

No dia 30 de dezembro de 1963, a subcomissão central, que acabava de ser constituída, reuniu-se para pôr o texto no tear. A questão do ponto de vista se pôs então explicitamente: como proceder quando se quer falar a todas as pessoas de boa vontade? É preciso partir da doutrina e dos princípios ou deve-se partir dos problemas da humanidade e do mundo?

Aceitou-se como ponto básico que o novo texto não fosse uma mera exposição doutrinária, mais um enunciado das verdades evangélicas que concernem mais diretamente à construção de um mundo mais humano e ao diálogo com toda a humanidade. Tal diálogo exige da Igreja que ela escute a palavra de Deus revelada no Cristo, mas também que ela dedique atenção às condições reais do mundo atual, às suas angústias e esperanças, em espírito de íntima solidariedade com a família humana e com a intenção de discernir “os sinais do tempo”. Além disso, seria preciso relevar que por Igreja deve-se entender principalmente o povo de Deus inteiro e não apenas a hierarquia (TUCCI, 1967, p. 58).

É neste ponto que acontece uma mudança decisiva na escolha do ponto de partida. A partir desse momento, o esquema inicia-se com a frase que, desde então, marcou o imaginário católico: “*Gaudium et luctus, spes et angor hominum huius temporis, pauperum praesertim et afflictorum, ipsius quoque Concilii sunt angor et spes, luctus et gaudium*”. Este *incipit*, cuja formulação pouco mudará nas versões ulteriores, determinava o caminho. Diferentemente das outras constituições ou das duas versões anteriores do esquema, não se começa dizendo que o Santo Concílio se propõe dirigir-se a todos os homens, mas é adotado como ponto de partida a solidariedade entre a Igreja (entendida como povo de Deus) e os seres humanos deste tempo, de modo especial os pobres e aflitos. A partilha da mesma condição é a base da relação.

## 2 *Que forma de discurso e que método?*

A mudança do ponto de partida comandou também uma mudança de método. Como vimos, o método privilegiado era o da exposição ou do ensinamento. A Igreja ou o Concílio, de acordo com a terminologia adotada nos proêmios dos outros textos, deseja propor (*proponere* – UR 1, DV 1) a doutrina ou as orientações, anunciar (*annuntiando* – LG 1) etc. O modelo

da comunicação era transmissivo e ia do remetente ao destinatário. É desta forma, aliás, que se apresentam as primeiras redações do esquema, mesmo se, depois de março de 1963, “têm-se realçado preocupações e problemas de método que deviam acompanhar as discussões sobre o esquema ao longo de seu itinerário laborioso: [...] Era preferível manter-se nos limites de uma exposição de princípios [...]” (*Ibid.*, p. 42).

O Concílio percebeu relativamente rápido que não bastava simplesmente expor a doutrina, mas que era preciso travar um diálogo com a família humana. Concluiu que não podia “dar uma prova eloquente de solidariedade, de respeito e de amor ao conjunto da família humana, em que se acha inserida, [a não ser] instaurando o diálogo a respeito desses diversos problemas, iluminando-os à luz do Evangelho [...]” (GS 3)<sup>10</sup>. Como diria Mons. Guano, relator do esquema, na ocasião de sua apresentação aos Padres para discussão na terceira sessão, tratava-se, para a Igreja, de encontrar o meio “de intensivar seu diálogo com todas as pessoas, a fim de conhecer as condições e os problemas do mundo e de dar a conhecer à humanidade qual é o pensamento da Igreja a respeito dessas condições e quais as orientações e problemas mais importantes de nosso tempo” (AS III/V, p. 205). A aposta era passar a uma nova forma de comunicação, a do colóquio com o mundo ou, como havia proposto Paulo VI no seu discurso de abertura da segunda sessão, de “instaurar o diálogo” com a humanidade. Esse discurso, que anunciava sua encíclica *Ecclesiam suam* (6 ago. 1964), desenhava um caminho para o Concílio.

Em outros termos, passar da exposição ao diálogo exige passar para novo método. Da exposição, que supõe a simples retomada da doutrina tirada do exame da Escritura, da Tradição e do ensino do Magistério, passa-se ao método hermenêutico, que remete, concorrente e simultaneamente, à escuta da Palavra de Deus e à atenção às condições reais do mundo atual. É então que se introduz no esquema (n. 2 — *Ecclesia perscrutatur “signa temporum”*) a noção de sinal dos tempos, emprestada de João XXIII <sup>11</sup>.

Sobrepõem-se, nesta evolução redacional do início do ano de 1964, duas determinações pontifícias. A primeira vem de Paulo VI, anunciada

---

<sup>10</sup> Isso evidentemente não impede que o Concílio tenha desejado “expor” (*exponere*) como vê a presença e a ação da Igreja no mundo de hoje (GS 2).

<sup>11</sup> O texto remete à Constituição apostólica *Humanae salutis*, que havia introduzido a noção de “sinais do tempo”. Quanto à noção mesma, cf. ROUTHIER, G. “Les signes du temps”. Fortune et infortune d’une expression du concile Vatican II. *Transversalités*, v. 118, p. 79-102, 2011. Cf. também as contribuições de P. Hünermann, G. Ruggieri, C. Theobald et D. Mieth em HÜNERMANN (Hrsg.), P. *Das Zweite Vatikanische Konzil und die Zeichen der Zeit heute*. Freiburg: Herder, p. 29-102.



em setembro de 1963, no seu discurso de abertura da segunda sessão, devendo ser consagrada em agosto de 1964 na sua encíclica *Ecclesiam suam*: o modo dialogal do discurso. A segunda, a interpretação dos sinais do tempo, vem de João XXIII e é de ordem metodológica. Anunciada na bula *Humanae salutis* (25 dez. 1961), ela é operacionalizada em sua encíclica *Pacem in terris* (abr. 1963). Estas duas indicações permitirão aos Padres conciliares avançarem num caminho definido e renovarem em profundidade o estilo – entendido no sentido forte – dos textos conciliares.

Esse salto metodológico, porém, não seria fácil de executar. Como sublinha Mons. Marcos McGrath (Panamá) na sua apresentação da Constituição pastoral, “a gestação não foi fácil”.

Os tradicionalistas olhavam esse projeto com desconfiança, com certo desdenho irônico. Para eles era evidente que coisas tão *terre à terre* não eram dignas de um Concílio. Mesmo os teólogos ditos progressistas, já empenhados em reformular de maneira brilhante a definição da Igreja na Constituição dogmática *Lumen Gentium*, insurgiam-se contra tudo o que podia parecer análise empírica do mundo. Eles afirmavam, com força, que um Concílio devia proceder segundo o método teológico mais seguro, isto é, partindo dos princípios da Revelação para deles tirar as normas de fé e moral... Por ocasião das discussões tumultuosas entre os membros e os peritos da Comissão mista, lá pelo fim de novembro de 1963, parecia evidente que o caráter excepcional do documento ainda desorientava a comissão. Enquanto uma minoria fazia prova de aberto desinteresse pelo documento, os outros estavam profundamente divididos quanto ao método a seguir. Alguns defendiam com força um procedimento exclusivamente doutrinal. Outros se referiam às duas grandes encíclicas sociais do papa João e afirmavam que somente partindo dos problemas do mundo se podia desejar interessar o mundo, apreciar seus problemas e entrar em diálogo com ele [...]. Essa discussão, penosa e confusa no momento, foi extremamente fecunda. Pela primeira vez, o caráter único do “Esquema XIII” [...] apareceu com clareza a todos. Para este documento de tipo diferente foi preciso inventar método novo. Esse novo método, elaborado lentamente e imperfeito até o último estado da Constituição, é o que o leitor deve perceber se quer interpretar corretamente a Constituição e continuar o diálogo com o mundo que ela inaugura (McGRATH, 1967, p. 18-19).

O problema do método é bem explicado nesse breve parágrafo, que esboça um contraste entre dois métodos. Por uma parte, um método dedutivo (ou “procedimento doutrinal”), que parte dos princípios da Revelação e termina na expressão de normas. Tal método está ligado a um ponto de partida (“partir dos princípios da Revelação”) e termina em uma determinada forma de discurso: a exposição ou ensinamento. De outra parte, um método hermenêutico, que desloca o ponto de partida (“partir dos problemas do mundo”) e leva a outra forma de discurso (“entrar em diálogo com ele”). Fixar sua atenção nas realidades do mundo exige, pois, um método teológico original. Progressivamente, os Padres conciliares

aprendiam a profissão de hermenêuta e tomavam consciência de toda a complexidade de tal profissão. Com efeito, eram remetidos não somente à hermenêutica dos textos magisteriais, e nem era suficiente a hermenêutica das Escrituras. Além disso, eles deviam ser hermenêutas da *práxis* ou da experiência humana. Assim entra no debate, com força, outra autoridade – ou, pelo menos, outra referência –, a da realidade do mundo, da prática e da experiência<sup>12</sup>. Somente a este preço era possível assumir a leitura dos sinais dos tempos.

Mons. McGrath sublinha com razão que “esse novo método [foi] elaborado lentamente, imperfeito até no último estrado da Constituição”. Com efeito, apesar da tomada de consciência inicial em dezembro de 1963, a nova redação ainda não assume verdadeiramente esse modo de proceder a partir da análise dos problemas do mundo. Ele observa:

Certos membros da comissão doutrinal [...], como também alguns de seus teólogos, só com dificuldade chegavam a aceitar este documento “social” como verdadeiramente conciliar. Para alguns dentre eles, evidentemente, essa nova maneira de abordar os problemas atuais e o esforço feito para esclarecer com precisão esses problemas, à preferência de repetir as exposições teológicas antigas nos diversos assuntos tratados, iam contra a corrente. (??)

Assim é somente no fim de junho de 1964 que aparece, enfim, no *prooemium* um parágrafo sobre os sinais do tempo<sup>13</sup>. Essa preocupação de prestar mais atenção às realidades do mundo manifesta-se, particularmente, na introdução de cada parágrafo do capítulo IV, consagrado aos problemas mais urgentes do mundo contemporâneo. De outro modo, fora os Anexos, cujo estatuto permanecia incerto, o método de exposição não muda substancialmente. Decerto afirma-se (nº 2 – *Ecclesia perscrutatur “signa temporum”* – texto de jun. 1964), que a Igreja deve escutar os sinais do tempo, mas o esquema ainda não dá esse passo. Igualmente, consagra-se um parágrafo ao diálogo entre os cristãos e todas as pessoas de boa vontade (n. 18 no cap. III), mas o texto mesmo não é construído na forma de um diálogo com a humanidade. Não surpreende, pois, que nas suas observações enviadas à Comissão, alguns Padres observaram que “o texto ainda marcava atraso em comparação com a encíclica *Pacem in terris* e com aquela mais recente, *Ecclesiam suam*” (TUCCI, 1967, p. 74). Ainda nesta fase estava-se buscando um compromisso entre duas abordagens teológicas: “O documento devia

<sup>12</sup> Quanto à autoridade da experiência nos debates conciliares (cf. ROUTHIER, G. L’élaboration de la doctrine sur la liberté religieuse et de l’enseignement conciliaire sur l’Église dans le monde de ce temps, *Ephemerides theologicae lovanienses*, t. 82, n. 4, p. 333-371).

<sup>13</sup> De dezembro 1963 a julho 1964 está em curso a redação de um novo esquema, o texto chamado de Zurique. É conhecida uma primeira versão, de jan. 1964, texto examinado pela subcomissão central a Zurique no início de fevereiro de 1964. Novo texto lhe é apresentado em abril. Finalmente, uma quarta versão é examinada novamente pela Comissão plenária mista em junho. O acréscimo de um parágrafo a respeito dos sinais do tempo só aparece nesta versão.

ter um caráter particular em comparação com os outros textos conciliares: não estrita e unicamente doutrinal, menos ainda disciplinar ou jurídico, e mais realmente pastoral, expresso numa linguagem mais apropriada ao modo de pensar das pessoas de hoje, porém não no sentido de fazer dele simplesmente uma ‘mensagem’ ” (TUCCI, 1967, p. 61)<sup>14</sup>. Percebia-se com bastante clareza o que não se devia fazer, mas continuava-se ainda na incerteza sobre o que era para fazer. Além disso permanecia a questão dos destinatários: uma Constituição “quo Concilium catholicos alloquitur, tali tamen modo ut per ipsos etiam acatholicos, immo et non christianos attingere possit”. No fim das contas, tudo está estreitamente ligado: os destinatários, o forma do documento e o método teológico. Pe. Tucci, profundamente ligado à elaboração do texto como perito da subcomissão central, observava, depois de uma reunião em Zurique (1-3 fev. 1964): “A proposta não era de compor todo um tratado de teologia geral sobre as realidades terrestres, mas antes oferecer uma interpretação teológica da situação real do mundo moderno [...]”. Observa ainda: “Esta exposição devia se inspirar quer na teologia especulativa, a fim de tirar uma interpretação teológica da realidade de nosso tempo, quer na teologia prática [...]” (*Ibid.*, p. 61). Nessas duas breves observações encontra-se o termo “interpretação”. Eis o que se pretendia fazer, embora sem o alcançar por enquanto. E depois encontra-se a menção à “situação real do mundo moderno” ou à “realidade de nosso tempo”. Eis o que se tratava de interpretar.

Essas indicações emanadas das diretrizes da reunião de Zurique e transmitidas à Comissão encarregada da revisão do texto representam um passo à frente na busca metodológica, mas ainda não constituem o ponto de chegada<sup>15</sup>. Com efeito, algumas observações acerca do esquema de Zurique enviado aos Padres no verão de 1964 concerniam à apresentação e análise dos “sinais dos tempos”, noção que parecia imprecisa. Quando da reunião da subcomissão central (set. 1964), decidiu-se a criação de um grupo de trabalho para estudar a questão dos sinais dos tempos, e esse grupo trabalhou com presteza.

Trata-se de uma guinada decisiva. A partir de então o esquema tomará alento. Com efeito, a apresentação sinóptica do texto do Esquema XIII (cf. HELLÍN, 2003) mostra com evidência a diferença entre o texto de Zurique e o de Arrícia. Agora o texto tinha encontrado sua forma e método. Todas as versões subsequentes tomariam a mesma estrutura e forma<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Num relato apresentado no decorrer deste período consta: “[...] concipiendo hanc Constitutionem tamquam documentum stricte pastorale (sed non ad modum nuntii ‘messagio’) quo Concilium catholicos alloquitur, talit amen modo ut per ipsos etiam acatholicos, immo et non christianos attingere possit” (citado por Tucci).

<sup>15</sup> Comentando esse encontro de Zurique, M. McGrath observa: “O método básico, os destinatários e o estilo começavam a emergir com mais clareza e convicção”. Isso significa que foi preciso esperar janeiro de 1964 antes que se começasse a encontrar o caminho. É uma etapa determinante.

<sup>16</sup> Trata-se do *textus recognitus*, submetido aos votos, capítulo por capítulo, em novembro de 1965; e do *textus denuo recognitus*, depositado em 2 de dezembro de 1965.

A apresentação *in aula* do texto de Zurique por Mons. Guano, em 20 de outubro de 1964 (cf. AS III/V, p. 203), já antecipava o que esse texto deveria ser, e as observações dos Padres quando do primeiro combate deviam apoiar essa orientação. Em consequência desse debate tornou-se possível sair da dicotomia na qual se estava preso até então – elaborar o texto a partir da lei natural ou oferecer uma exposição da visão cristã das coisas. Optou-se por “um método misto: apresentar a ordem real e o estado das coisas, de modo plenamente inteligível para todos, e, depois, refletir sobre essas questões à luz do Evangelho” (TUCCI, 1967, p. 196). Ainda não se falava de método hermenêutico, mas estava-se no limiar. Falava-se, sim, de uma abordagem “descritiva”, “empírica” ou “fenomenológica” das questões.

Não se tratava, com explica Mons. Guano, “de explicar ao mundo o que pensa a Igreja da revelação divina ou dela mesma, ou como ela concebe, de modo geral e teórico, o mundo e suas próprias relações com ele; não se trata tampouco, imediatamente, de propor meios para corroborar sua vida interior, para tornar mais dignos e eficazes a vida sacramental ou litúrgica ou para pregar e fazer a catequese”. Essas questões, conclui ele, estavam sendo tratadas em outros documentos. Fica assim exposta a originalidade da constituição: “Trata-se de intensificar o diálogo da Igreja com todas as pessoas (*magis promovendo colloquio cum omnibus hominibus*), para escutá-los (*audiantur*) a respeito de seu pensar e das condições e problemas do mundo, e de dar a conhecer às pessoas qual é o pensamento da Igreja acerca das condições, orientações e problemas de nosso tempo” (AS III/V, p. 205).

A estrutura dialogal aparecia assim de modo mais claro. Categorias que posteriormente iam se impor na construção da estrutura dialogal do esquema emergem nesta *relatio*: “multi homines hodie ad Ecclesiam animum vertunt, ipsam *interrogant*, ab ipsa *anxie expectant*”. A Igreja devia responder a essa “interrogatio e expectatio” seguindo a trilha da encíclica *Ecclesiam suam*. “Ecclesia cupit homines alloqui, interrogantibus respondere” (AS III/V, p. 204). O relator indicava também que “o Concílio é o sinal e o veículo desse diálogo entre a Igreja e a humanidade”<sup>17</sup>. Este diálogo, feito de escuta e pronunciamento, devia-se construir a partir das interrogações das pessoas de hoje, de suas angústias e esperanças<sup>18</sup>.

Essa estrutura dialogal é anunciada na *relatio ante disceptationem* de setembro de 1965, que vai estruturar doravante o preâmbulo, que será totalmente

---

<sup>17</sup> “Ipsum Concilium Vaticanum II est signum et vehiculum huius dialogi inter Ecclesiam et homines” (p. 205). E acrescentava: “agitur enim de semper magis promovendo colloquio cum omnibus hominibus [...]”.

<sup>18</sup> “Ipsum Concilium Vaticanum II est signum et vehiculum huius dialogi inter Ecclesiam et homines” (p. 205). E acrescentava: “agitur enim de semper magis promovendo colloquio cum omnibus hominibus [...]”.

refeito a partir de 1965 e que encontramos no texto final que conhecemos. Depois de ter apontado a solidariedade entre Igreja e mundo, o texto continua, no n. 3:

Em nossos dias, o *gênero humano*, impressionado pelas próprias descobertas e poder, muitas vezes *se interroga* com *angústia* [...]. O Concílio [...] não saberia dar prova mais eloquente de sua solidariedade, respeito e amor a toda a família humana, em que esse povo [de Deus] se acha inserido, do que *instaurando o diálogo* com ela a respeito desses diversos problemas, trazendo uma luz a partir do Evangelho [...].

Não se pensa em chegar a interessar as pessoas de hoje e em dirigir-se a elas, a não ser partindo de suas interrogações e angústias, que servem, de certo modo, de *captatio benevolentiae* neste diálogo. A exposição original da Constituição inicia, precisamente, com uma exposição sobre as esperanças e angústias do homem de nosso tempo:

Para desempenhar tal tarefa, incumbe à Igreja, em todas as épocas, perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, para ser capaz de responder, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, às eternas perguntas do ser humano a respeito do sentido da vida presente e futura e as relações de ambas. É preciso, portanto, conhecer e compreender o mundo em que vivemos, suas expectativas, suas aspirações e sua índole, muitas vezes dramática.

Este mesmo n. 4 é concluído do modo seguinte:

Marcados por condições tão complexas, muitos de nossos contemporâneos têm dificuldade para discernir os valores perenes e compô-los adequadamente com as novas descobertas. Daí, agitados entre a esperança e a angústia, *interrogando-se* do que está acontecendo, são atormentados pela inquietude. Este curso das coisas provoca e até obriga as pessoas a *responder*.

Em suma, tomou-se consciência de que duas condições devem ser reunidas se a Igreja quer dirigir-se a todas as pessoas de boa vontade. Por uma parte, é preciso que ela adote uma atitude de solidariedade e de serviço frente à humanidade, partilhando as alegrias e esperanças, tristeza e angústias das pessoas de nosso tempo. Também deve ela tomar como ponto de partida não sua doutrina, mas situações humanas. É preciso, como sugeria G. Philips ao colocar no tear este texto em dezembro de 1965, “procurar um terreno comum onde cristãos e não cristãos se podem encontrar. Ora, falar, assim de cara, da escatologia ou do Espírito, não tem sentido nenhum para os não cristãos. Seria melhor dizer que a revelação traz também uma luz para as coisas humanas. [...] Se [a Igreja] deseja suscitar o interesse dos não cristãos, ele deve salientar as dimensões que ele compartilha com eles” (MOELLER, 1968, p. 105). De outra parte, ela deve partir das interrogações das pessoas deste tempo, das aspirações (*De appetitionibus universalioribus generis humani*, n. 9) ou das interrogações (*De profundioribus interrogationibus generis humani*, n. 10). Somente depois de ter

ouvido essas questões, cujo inventário se encontra no fim do n. 10<sup>19</sup>, é que a Igreja poderá tomar a palavra:

*A Igreja, por sua parte, acredita que Jesus Cristo, morto e ressuscitado por todos (cf. 2Cor 5,15), oferece aos homens, pelo seu Espírito, a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação; e que não foi dado aos homens sob o céu outro nome, no qual devam ser salvos (cf. At 4,12). Acredita também que a chave, o centro e o fim de toda a história humana se encontram no seu Senhor e Mestre. Além disso, ela afirma que, subjacentes a todas as transformações, há muitas coisas que não mudam e cujo último fundamento é Cristo, o mesmo ontem, hoje, e pelos séculos (cf. Hb 13,8). Quer, portanto, o Concílio, à luz de Cristo, Imagem de Deus invisível e Primogênito de toda a criação (cf. Cl 1,15), dirigir-se a todos, para iluminar o mistério do ser humano e cooperar na solução das principais questões de nosso tempo.*

É a primeira vez, neste texto – e estamos no fim da exposição inaugural – que a Igreja exprime sua fé ou afirma sua doutrina. De resto, no n. 11, intitulado “Corresponder ao impulso do Espírito”, o Concílio vai retomar as questões às quais pretende responder na primeira parte da Constituição: “O que a Igreja pensa do ser humano? Quais orientações parece que devem ser propostas para a edificação da sociedade contemporânea? Que significação dar à atividade do homem no universo? Essas perguntas reclamam uma resposta”. A primeira parte da Constituição representa essa resposta.

A exposição inaugural é construída, por assim dizer, em forma de funil: das mutações e mudanças que alimentam esperanças e angústias (n. 5-6) vai-se aos desequilíbrios e tensões (n. 8), que conduzem às aspirações (n. 9) e aos questionamentos (n. 10), como ponto culminante, ponto de balanço. De fato, as mudanças e mutações que alimentam a angústia, e os desequilíbrios e contradições que alimentam a confusão deviam conduzir à aspirações e aos questionamentos: “Por isso [o homem] se interroga sobre si mesmo” (n. 9 § 4). Essa construção era bem refletida, visto que as questões deviam em seguida dar abertura aos quatro grandes capítulos da primeira parte e instaurar o diálogo<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> “Que é o homem? Qual o sentido da dor, do mal e da morte, que, apesar do enorme progresso alcançado, continuam a existir? Para que servem essas vitórias, ganhas a tão grande preço? Que pode o homem dar à sociedade, que pode dela esperar? Que haverá depois desta vida terrena?”

<sup>20</sup> Cf. a *relatio* de McGrath sobre a exposição introdutória. Na versão anterior do texto, os nn. 9 e 10 eram um só. Essa matéria foi então distribuída sobre dois números: “Denique, numerus nonus, ubi de appetitionibus et interrogationibus generis sermo era, ita divisus est ut nunc textus primo loquatur de appetitionibus uti obiective constant, et deinde, sub n. 10, de interrogationibus quae iam problemata de interpretatione fundamentali rerum ingrediuntur, transitum sic instituens ad partem prima seu doctrinalem» (*AS IV/VI*, p. 564). Por seu lado, a *relatio* sobre cada um dos números explicitava essa opção: “Post maturum examen censuit submissio proponendam esse divisione num. 9 quia, dum prima eiusdem pars adhuc de quibusdam aspectibus descriptionis sociologicae agit, secunda magis ad profundas quaestiones cordis humani respicit. Titulus autem num. 9 magis innuit aspectum ‘extensivum’ harum appetitionum”. Quanto ao n. 10: “Intentio textus est quod ultra descriptionem sociologicam perveniatur ad intimum cor hominis, in quo problema fundamentale ponitur. [...] Denique Ecclesia

Apesar de tudo, o método causaria problema até o fim, e não é por nada que cada vez, por ocasião das discussões *in aula* durante a quarta sessão, o relator devia abordar a questão do método<sup>21</sup>.

### 3 Que estilo?

A questão do estilo ou *modus loquendi* atravessa igualmente todo esse debate. Ela se apresenta já em Zurique (fev. 1964), onde se chegou a descrever um pouco a particularidade deste documento, que devia ser nem estrita e unicamente doutrinal, e menos ainda disciplinar ou jurídico, mas realmente pastoral, expresso numa linguagem mais adequada ao modo de pensar das pessoas de hoje. Como diria um *perito*, o Pe. de Riedmatten, “o que impressionava no texto submetido em Zurique, em comparação com o texto de 1963, era antes de tudo o calor do tom, e depois, a perspectiva claramente escriturística e cristã em que os problemas eram abordados” (RIEDMATTEN, 1967, p. 71). Essa originalidade do documento exigia, como dirá por sua vez o relator Mons. Guano, a busca de um estilo novo: *Quod tandem ad stylum et linguam attinet, ad hoc tendendum est, ut maxime accomodata sint modo sentiendi et loquendi hominum nostri temporis, qui diminuantur puritas et plenitudo nuntii evangelici* (AS III/V, p. 205).

Não surpreende que, no momento em que se recolocou no tear o texto, em novembro de 1964, depois da primeira discussão *in aula*, a subcomissão central abordou a questão do estilo do documento quando se tratou de dar critérios em vista da revisão. “O estilo devia corresponder a um público amplo, crente e incrêdo” (MOELLER, p. 103). Foi preciso, então, também a este respeito, o ano de 1965 (o texto de Arrícia) para que o Concílio encontrasse seu caminho. Durante esta reunião observou-se que o estilo do documento proposto era bem o que devia ser!”, um “estilo concreto [que] suscitava o interesse e tocava o espírito tanto quanto o coração” (*Ibid.*, p. 111).

A discussão sobre o estilo do Esquema XIII continuou ainda em 1965, embora Mons. Garonne, na sua *relatio generalis*, fizesse observar: *Patres multo numerosiores expectant stylum ‘directum’, ‘simplicem’, non nimis ecclesiasticum vel exhortativum, ‘pastoralem’, ‘heuristicum’, et, in quantum fieri potest, ‘omnibus accomodatum’*. [...] *Animadvertere tamen liceat quod stylus novus schematis generatim placuit, sive Patribus, sive laicis qui sessionibus laboris interfuerunt* (AS

---

seipsam ut respondentem praesentat [...]. Ita transitus obtinetur ad expositionem doctrinalem Patris primae.” (AS IV/VI, p. 432).

<sup>21</sup> Cf. A *relatio generalis* (AS IV/I, p. 517-559) e a explicação de Mons. McGrath a respeito da exposição introdutória (AS IV/VI, p. 563-564).

IV/I, p. 522-523). Ao mesmo tempo, contudo, no momento da apresentação das últimas emendas, no outono de 1965, ainda se encontravam alguns Padres que desejavam “*quod documentum essentialiter dirigatur ad fideles*”, opinião naturalmente minoritária (cf. a *expansio modorum*, AS IV/VI, p. 522).

## Conclusão

Evidentemente, os diversos níveis que distinguimos para fins de análise estão intimamente interligados. A opção do Concílio de se dirigir a todas as pessoas de boa vontade e não somente aos cristãos exigia não apenas um novo *modus loquendi* (“*textus vivens etiam voluit esse et dynamicus potiusquam abstractus et theoreticus*”), mas igualmente uma outra forma de discurso, construído a modo diálogo antes que de exposição; e isso, em retorno, exigia uma reflexão sobre o método teológico<sup>22</sup>. Essa inter-relação entre os diversos níveis não pode ser expressa de modo mais claro que na *expansio modorum*: *Clarum est ex hac ‘orientatione’<sup>23</sup> consequentias sat ponderosas effluere, sive quoad stylum schematis, sive quoad modum procedendi* (AS IV/VI, p. 522). Este laço tinha sido explicitado já na *relatio* de Mons. Guano, que introduziu o texto quando da 134ª Congregação geral, notando a originalidade do esquema *sive in methodo procedendi sive in modo loquendi*. [...] *Patet quod methodus haec aliquid novum est in documento conciliari : sed ipsum documentum nostrum est principalis novitas et novam exigit methodum* (AS IV/II, p. 391).

Para a Igreja católica, a redação da Constituição *Gaudium et Spes* constituiu uma verdadeira aprendizagem e toda aprendizagem exige tempo. Como sublinha M. McGrath:

Teria sido impossível construir o Esquema XIII no início do Concílio. Mesmo depois de incluído oficialmente no programa, só lentamente tomou forma. Cresceu com o Concílio. Os membros da comissão mista [...] tinham plena consciência desse fato; quase até a última semana do trabalho pediam adiamento, não tanto por causa da massa do trabalho a cumprir, mas por causa do sentimento de que gradualmente o espírito, o método e o conteúdo do documento só vinham à luz progressivamente e de que era muito difícil acelerar esse processo. [...]

Aliás, no seu estado final, o documento, notavelmente melhorado em relação aos esboços anteriores, continua com desigualdades [...]. Isso se nota particularmente em um ponto: a maneira de abordar as questões temporais, ao mesmo tempo empírica e teológica e que faz parte do mé-

<sup>22</sup> Cf. a secção «*De modo dicendi*» da *relatio* Garrone, de novembro 1965, AS IV/VI, p. 557.

<sup>23</sup> Trata-se da decisão de dirigir-se a todas as pessoas de boa vontade e de não apenas falar sobre o mundo: “*se de colloquio Ecclesiae cum ipso mundo*”.



todo geral da Constituição, é aplicada só imperfeitamente nos capítulos da segunda parte [...].

Aprendizagem longa e laboriosa, e também ainda incompleta. Nos anos que se seguiram ao Vaticano II, toda a Igreja teve de fazer essa aprendizagem, e apostamos que a aprendizagem ainda não ficou completa. Em todo caso, o desafio de encontrar o tom acertado, a atitude adequada, o método apropriado para se dirigir ao mundo continua sendo o desafio da Igreja católica, ainda hoje. É necessário fazê-lo exatamente como o fizeram os Padres conciliares? Não é certo. Em todo caso, há neste texto um modelo; e, sobretudo, o gesto deles, que consistiu em assumir esse desafio e abrir um caminho novo, permanece exemplar (McGRATH, 1968, p. 27).

## Referências

AS *Acta Synodalia Sacrosanti Concilii Oecumenici Vaticani II*. (6 volumes, subdivididos em *Partes*, mais 2 *Apêndices* e 1 *Index*, compreendendo 35 *Tomos*, Vaticano 1970 – 1999).

CHENU. M.-D. *Une École de théologie: le Saulchoir*. Paris: Cerf, 1985.

CONGAR, Y., Mon cheminement dans la théologie du laïcat et des ministères. In: *Ministères et communion ecclésiale*, Paris: Cerf, 1971 (col. *Théologie sans frontières*, 23), p. 17-18.

HELLÍN, Francisco Gil. *Concilii Vaticani II Synopsis: Constitutio pastoralis De Ecclesia in mundo huius temporis Gaudium et spes*. Città del Vaticano: Libr. Ed. Vaticana, 2003.

HÜNERMANN, P.; RUGGIERI, G.; THEOBALD, C.; MIETH, D. In: HÜNERMANN, P. (Hrsg.). *Das Zweite Vatikanische Konzil und die Zeichen der Zeit heute*. Freiburg: Herder, 2006.

McGRATH, M. Présentation de la Constitution “L’Église dans le monde de ce temps”. In: CONGAR Y.; PEUCHMAURD M. (Dir.). *Vatican II: L’Église dans le monde de ce temps*. Paris: Cerf, 1967, tome II, p. 18-19 (coll. «Unam Sanctam», 65 b).

MOELLER, C. *L’élaboration du schéma XIII*. Paris: Casterman, 1968.

*Normae generales pro subcommissionibus*, 20 nov. 1960.

RIEDMATTEN, H. Histoire de la Constitution pastorale sur “L’Église dans le monde de ce temps”. In: *Gaudium et spes: L’Église dans le monde de ce temps*. Paris: Mame, 1967.

ROUTHIER, G. “Les signes du temps”. Fortune et infortune d’une expression du Concile Vatican II. *Transversalités*, v. 118, p. 79-102, 2011.

\_\_\_\_\_. L'élaboration de la doctrine sur la liberté religieuse et de l'enseignement conciliaire sur l'Église dans le monde de ce temps, *Ephemerides theologicae lovanienses*, t. 82, n. 4. 333-371.

TUCCI, R. Introduction historique et doctrinale à la Constitution pastorale, in CONGAR, Y. ; PEUCHMAURD, M. *L'Église dans le monde de ce temps : Constitution pastorale "Gaudium et spes"*. Paris: Cerf, 1967 (col. Unam Sanctam, 65b), p. 56.

**Gilles Routhier** estudou em Paris (no Institut Catholique e na Sorbonne), é professor na Faculdade de Teologia e de Ciências Religiosas da Universidade de Laval, no Quebec, onde ensina eclesiologia, missiologia e catequese. É um dos melhores especialistas francófonos na recepção do Concílio Vaticano II. Publicou, dentre outros, em 2007, *40 ans après Vatican II: Espérer* (Montreal, Novalis); em 2008, *Penser l'avenir de l'Église* (Montréal, Fides); e coeditou em 2010, com Guy Jobin, *L'Autorité et les autorités. L'herméneutique théologique de Vatican II* (Cerf).

**Endereço:** Bureau 846  
Pavillon Félix-Antoine-Savard  
2325, rue des Bibliothèques  
Université Laval  
Québec QC G1V 0A6 — Canada  
Téléphone: 418 656-2131, p. 7290  
gilles.routhier@fts.ulaval.ca